

02 JUL 1968

J.O.

Dificuldades em suprimir o perdão a empresários

por Ronaldo D'Arcos
de São Paulo

Depois de aprovada em primeiro turno a emenda anistando parte da correção monetária das dívidas contraídas pelos pequenos e microempresários e pequenos agricultores, será bem mais difícil conseguir a sua supressão da Constituição nas votações do segundo turno.

Essa opinião foi manifestada na sexta-feira em São Paulo por José Bala Sobrinho, vice-presidente do Banco Mercantil de Crédito (BMC). A exemplo de outros dirigentes de bancos, Bala Sobrinho lamentou a decisão tomada pelo Congresso na noite da última quinta-feira, "É lamentável esta medida, pois ela institui na Constituição o princípio do calote", protesta o banqueiro.

Ao anistiar apenas um segmento específico do empresário, Bala Sobrinho entende que os parlamentares abriram um "precedente terrível" que, futuramente, poderá trazer problemas muito sérios. Com a aprovação da emenda, diz, criou-se uma situação em que o princípio da correção monetária não é válido para todos. "A correção monetária como instrumento de ajuste das operações financeiras fica questionada, com a aprovação da emenda", diz.

Embora o BMC não vá

sofrer prejuízos significativos em decorrência dessa medida, pois opera com uma taxa de clientes de grande porte, ou seja, no mercado de atacado, Bala Sobrinho admite a possibilidade de que outras instituições mais afetadas pela anistia adotem critérios mais rigorosos para a concessão de créditos aos clientes agora contemplados pela emenda.

"Alguns itens devem ser revistos"

por Jaime Soares de Azeite
de São Paulo

"Nessa Constituinte há uma série de itens que tem de ser revista com bom senso", afirma Luiz Pericles Muniz Micheliella, diretor da Torque S.A., fabricante de bens de capital sob encomenda. O segundo turno deverá ser importante por permitir a revisão de pontos como a anistia e de outros referentes à ordem econômica, comenta Micheliella. "Num caso como esse val ter de se pensar em uma fórmula para minimizar os prejuízos dos pequenos e médios empresários e achar uma forma de a Nação não ter de pagar por tudo isso", assinala.